

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, DE
NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos nove dias do mês de Abril de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Discussão e Votação sobre a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para integração do Município de Ovar na AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.; -----

----- Ponto 2- Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Águeda, para a composição do Conselho Municipal da Juventude; -----

----- Ponto 3 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, relativa ao Regulamento do Banco de Voluntariado de Águeda; -----

----- Ponto 4 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração do Regimento Municipal de Atribuição das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior: --

----- Ponto 5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, relativa a terrenos para a Delegação da Cruz Vermelha de Águeda: -----

----- Ponto 5.1 – Desafecção de domínio público para privado; -----

----- Ponto 5.2 – Cedência de direito de superfície; -----

----- Ponto 5.3 – Proposta de rectificação da área do prédio inscrito na matriz predial de Águeda com o número 5706, com direito d superfície constituído a favor da Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda; -----

----- Ponto 6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, relativa a terreno para o Ginásio Clube de Águeda (GICA): -----

----- Ponto 6.1 – Desafecção de domínio público para privado; -----

----- Ponto 6.2 – Cedência de direito de superfície; -----

----- Ponto 7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Aquisição de Edifício – Pensão Santos; -----

----- Ponto 8 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração dos Investimentos previstos no Aditamento ao Contrato de Empréstimo contraído ao Banco B.P.I., no montante de 5.000.000,00€; -----

----- Ponto 9 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração e Correção do Regulamento e Tabela de Taxas, no âmbito de operações Urbanísticas e Obras, no Espaço Público Municipal e respectiva Fundamentação Económico-Financeira; -----

----- Ponto 10 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para o Novo Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Águeda e respectiva Fundamentação Económico-Financeira. -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda e Secretariada pelas Senhoras Marlene Domingues Gaio e Carla Eliana da Costa Tavares. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, declarou aberta a **Segunda Sessão Extraordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Extraordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Margarida Nogueira Brenha - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS/PP; -----

----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----

----- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----

----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----

----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----

----- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão Extraordinária os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- António Farias dos Santos – PSD – PJF de Agadão; -----

----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PJF de Aguada de Baixo; -----

----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PJF de Aguada de Cima; -----

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda; -----

----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PJF de Barrô; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PJF de Belazaima-do-Chão; -----

----- Jorge da Silva Mendes – PS - PJF da Borralha; -----

----- António Oliveira Martins – PSD – Secretário JF de Castanheira do Vouga; -----

----- Manuel de Almeida Campos – Lista Progresso - PJF de Espinhel; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PJF de Fermentelos; -----

----- Alcides de Jesus – PSD - PJF de Lamas do Vouga; -----

----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PJF de Macieira de Alcoba; -----

----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PJF de Macinhata do Vouga; -----

----- Fernando Tavares Pires – PSD - PJF de Óis da Ribeira; -----

----- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PJF do Préstimo; -----

----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PJF de Recardães; -----

----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PJF de Segadães; -----

----- Mário Ramos Martins – PS – PJF de Travassô; -----

----- Patrícia de pinho Martins – CDS/PP – Tesoureira JF de Trofa; -----

----- José Henrique Vidal Martins – PSD – Membro do Executivo JF de Valongo do Vouga. -----

----- **Não compareceu à Sessão os Senhores Deputados:** -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----

----- Alexandre Pires Duarte – PS. -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----

----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD; -----

----- Manuel Correia Marques – Vereador – PSD. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** concedeu a palavra à Secretária para proceder à leitura da correspondência recebida, nomeadamente a justificações de faltas apresentadas pelos Senhores Deputados Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva; Paulo Manuel Matos Soares; António Manuel de Almeida Tondela e pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Castanheira do Vouga; Trofa e de Valongo do Vouga, que se fizeram representar.-----

----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, foi solicitado pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- Dando cumprimento ao solicitado, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou a votação a proposta de aprovação da Acta em minuta, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- Ponto 1 – Discussão e Votação sobre a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para integração do Município de Ovar na AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.; -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto um da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor **Deputado Manuel Antunes de Almeida – GM do PSD**, que fez a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha questão sobre este assunto é esta: O facto de nós virmos aqui decidir a aceitação da Câmara de Ovar para entrar nesta Associação, que o faz tardiamente, porque foi convocada para o fazer atempadamente quando as outras o fizeram, se isto implica ou não alguma vantagem para a Câmara de Ovar? Ou se, efectivamente, as condições são as mesmas daqueles Municípios que entraram atempadamente para a Associação da CIRA, quando ela não fez, porque o que parece é que o retardatário e aquele que tenta negociar colhe benefícios. O que me leva a pensar, se assim é, estamos aqui numa jogada que não é correcta; é até “indecente” e nós vamos dar uma coisa que é incorrecta, porque ela devia ter assumido os compromissos que os outros assumiram. O que me parece é que as Câmara são retardatárias e depois são necessárias para entrar e são beneficiadas.” -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Manuel Antunes de Almeida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder e prestar os devidos esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Não há benefícios nem há prejuízos, tanto para Ovar, como para os outros. Aquilo que se passou na altura todo o processo foi conduzido pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido de aderir. Só que houve maiorias negativas que se formaram naquela; estamos a falar numa altura pré-eleitoral e que não permitiram tomar uma decisão de adesão. O Presidente eleito, que era o anterior, sempre disse que se fosse reeleito e sempre teve essa posição no âmbito da CIRA como da AdRA, que gostaria de estar neste processo. Aquilo que fez, logo após a sua eleição, foi comunicar e pedir a sua adesão. Portanto, foram refeitas as contas que estavam para voltarmos às condições iniciais e mantém-se tudo como estava previsto no início e com alguns benefícios para o conjunto, porque há mais gente, são mais cerca de vinte mil consumidores que vão fazer parte desta empresa.” -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção neste ponto da Ordem do

Dia, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para integração do Município de Ovar na AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. -----

----- Ponto 2- Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Águeda, para a composição do Conselho Municipal da Juventude; -----

----- Relativamente ao ponto em discussão, foi apresentada à Mesa da Assembleia uma Lista designada por Lista A, composta pelos seguintes elementos de cada Partido: Pedro António Machado Vidal – GM do CDS-PP; Joana Cristina Correia dos Santos – GM do PSD e Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS. -----

----- Não tendo havido qualquer tipo de intervenção relativamente à Lista apresentada, o Senhor Presidente da Mesa, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, por Maioria, com trinta votos a favor, um nulo e um contra, aprovar a proposta apresentada, tendo sido nomeados como Representantes da Assembleia Municipal de Águeda para a Composição do Conselho Municipal da Juventude os seguintes elementos: -----

----- Pedro António Machado Vidal – GM do CDS-PP; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – GM do PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS. -----

----- Ponto 3 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda relativa ao Regulamento do Banco de Voluntariado de Águeda; -----

----- Não tendo havido qualquer tipo de intervenção sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, por Unanimidade, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda relativa ao Regulamento do Banco de Voluntariado de Águeda. -----

----- Ponto 4 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda para Alteração do Regimento Municipal de Atribuição das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior:

----- Não tendo havido qualquer tipo de intervenção sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, por Unanimidade, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda para Alteração do Regimento Municipal de Atribuição das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior. -----

----- Ponto 5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda relativa a

terrenos para a Delegação da Cruz Vermelha de Águeda: -----

----- Ponto 5.1 – Desafectação de domínio público para privado; -----

----- Ponto 5.2 – Cedência de direito de superfície; -----

----- Ponto 5.3 – Proposta de rectificação da área do prédio inscrito na matriz predial de Águeda com o número 5706, com direito de superfície constituído a favor da Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda; -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feita a intervenção, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- **Deputado Manuel Antunes de Almeida (GM do PSD):** -----

---- “A rectificação da área tem a ver com a agregação do terreno que sai do domínio público e que se vai agregar à área que já faz parte? Se não, então há aqui dois pontos: Há uma desafectação do domínio público para privado para que a Câmara fique proprietária de um terreno privado, deixou de ter a característica de público e depois vai ceder o direito de superfície desse terreno que passou a ser privado. Depois, há uma proposta de rectificação porque a área não corresponde ao que lá está. -----

----- A questão é saber se há uma rectificação da área do prédio inscrito na Matriz Predial de Águeda com o número cinco mil setecentos e seis e porquê? Porque se verificou que a área que efectivamente o terreno tem é inferior ou superior àquela que consta na matriz e há uma necessidade de rectificação. -----

----- Eu nada tenho a opor; eu só gostaria de saber, porque quando se passa um terreno para o domínio público, quando é do domínio público é de todos nós; quando é de privado, é propriedade privada da Câmara que pode vender a um particular ou a quem quer que seja; quanto ao domínio público não pode ser vendido assim. Quando é direito de superfície, tem um período, tem uns anos, o que muitas vezes é muito complicado, porque depois se não houver atenção, aquilo que é cedência a título de direito de superfície pode transformar-se em uso de campeão mesmo de bens públicos, ao contrário do que existia na legislação anterior. Agora, há dúvidas nessa questão e é preciso que as Câmaras estejam atentas, porque a Cruz Vermelha é uma Instituição de interesse público, mas pode um dia vir a ser proprietária, como vai haver outras questões relativamente a cedências de terreno para Instituições, que eu sempre levantei

essa questão e nunca fui capaz de afazer vingar, que é o direito de reversão. Isto é, a Câmara quando cede determinado tipo de terreno a uma Instituição, mesmo a título definitivo, enquanto essa Associação se mantiver e vem logo outra a seguir, que tem a ver com o GICA. É que nós podemos ceder determinado tipo de terreno mas se algum dia a Associação acabar temos o direito de reversão, volta para a Câmara, porque se não aquilo é vendido; nós damos as coisas e depois ficamos sem elas.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder e prestar os devidos esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Em primeiro lugar quero explicar o que se passa e porquê estes três pontos. Há um ponto que é acerto de áreas e porquê acerto de áreas? Porque existe um pequeno terreno atrás do edifício da antiga cadeia, das instalações da Cruz Vermelha, em que está lá e que toda a gente diz que é parte da Câmara, só que não está escriturado na actual propriedade. Ora, nós estarmos a fazer um processo agora de legalização daquele terreno de perci; aquilo que nós entendemos é que quando foi feita a cadeia foi deixado aquele terreno da parte de fora, não foi todo ocupado. -----

----- Para legalizar aquele terreno de forma independente tínhamos uma trabalhadeira enorme para depois vir a juntar outra vez na mesma propriedade, isto não faz sentido. Para que fique clarificado para o futuro é que a Autarquia quando cedeu a cadeia, cedeu também aquele bocado e que é entendimento do Município que aquele bocado faz parte da totalidade da cedência que já foi efectuada. -----

----- Antes de abordar o segundo ponto, eu acho que o Doutor Antunes levantou aqui uma questão que não deve ser só para quem vem a seguir mas deve ser já para este, que é a reversão, que não foi levantado enquanto Executivo mas eu acho que deve ser levantado aqui e eu colocaria à consideração da Assembleia se querem fazer essa recomendação que seja incluído em todos os protocolos que a Câmara celebre com todas as entidades, que no caso de extinção reverta para a Câmara que eu, pessoalmente, concordo e acho que é uma medida adequada na defesa do interesse, mas isto não é só para um; para mim é para todos porque são todos tratados por igual, são entidades públicas e prosseguem fins públicos. -----

----- Quanto à cedência do terreno ao lado, é o terreno onde está o túnel, parte do túnel e a parte

superior; entendemos ir um bocadinho além daquilo que nos foi pedido, porque nós sabemos como é esta questão das exigências construtivas e a Cruz Vermelha só querem o terreno por cima do túnel, mas podem ter a necessidade de cortarem um bocadinho no túnel para fazer as sapatas para vir cá abaixo; se nós não autorizarmos desta forma que está teria de vir de novo à Assembleia para autorizar lá qualquer coisa. Aquilo que a Câmara pretende é que o túnel se mantenha, ou seja, se mantenha a possibilidade de passagem por baixo e também num caminho pedonal. Portanto, deixamos que a Cruz Vermelha utilize daquela forma aquele terreno e aquele espaço mantendo o túnel com a passagem nas condições em que está.” -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi então proposto pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que fosse aditada uma recomendação de cláusula de reversão no caso de dissolução da Associação ou se lhe for dado um uso diverso diferente do que foi solicitado a esta Assembleia Municipal de Águeda e sem que esta o autorize de forma expressa. -----

----- Tendo sido colocada a votação, com a recomendação de cláusula de reversão, verificou-se que a Assembleia deliberou, por Unanimidade, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda relativa a terrenos para a Delegação da Cruz Vermelha de Águeda: Desafectação de domínio público para privado; Cedência de direito de superfície; Proposta de rectificação da área do prédio inscrito na matriz predial de Águeda com o número 5706, com direito de superfície constituído a favor da Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda; -----

----- Ponto 6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, relativa a terreno para o Ginásio Clube de Águeda (GICA): -----

----- Ponto 6.1 – Desafectação de domínio público para privado; -----

----- Ponto 6.2 – Cedência de direito de superfície; -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar alguns esclarecimentos necessários sobre este ponto, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Como sabem o GICA tem as suas instalações no Largo 1º de Maio e neste momento tem aprovada uma candidatura no âmbito da regeneração urbana para fazer obras, no sentido de maximizar aquele espaço, porque é possível transformar aquele pavilhão num pavilhão onde só podem ter actividades dois grupos; aumentar a sua capacidade de treino; é necessário tirar os

balneários que estão dentro da estrutura do pavilhão e passá-los para a parte de fora. Ou seja, para a parte sul do pavilhão; no sítio onde está uma faixa de terreno onde está a feira grossista e o parque de estacionamento. -----

----- Aquilo que se propõe e, aqui também nos mesmos termos anteriores, há cedência de direito de superfície por cinquenta anos com reversão no caso se assim acontecer, caso a Instituição se extinguir ou pretender alterar os fins daquele imóvel, a reversão do terreno para a Autarquia.” ----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda concedeu a palavra aos Senhores Deputados, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Venho aqui simplesmente fazer uma pequena declaração, eu além de membro da Assembleia Municipal, pertenço ao Conselho Fiscal do Ginásio Clube de Águeda e embora entendendo que estou em condições para discutir este ponto; entendo que para defender qualquer conflito de interesses, pedia para que me deixassem retirar desta Assembleia para que não houvesse qualquer dúvida na minha posição.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “A questão que eu queria colocar ao Executivo era a seguinte: Se nesta cedência de terreno está previsto alguma prioridade da Câmara, por exemplo, na utilização das instalações que o GICA irá construir; se existe algum protocolo, é só uma cedência a uma Instituição como foi a outra de há bocado sem nenhum fim e nem nenhuma contrapartida a não ser o exercício da sua actividade.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para resposta e prestar os devidos esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Estamos a negociar um protocolo de utilização das instalações, aliás, houve uma cláusula que foi aceite logo no início da discussão destes apoios e para termos um pavilhão em Águeda, porque aquilo que se passa é que nós pretendemos ter um pavilhão em Águeda que seja um pavilhão que possa receber todas as modalidades e aquilo que eu disse há pouco é uma das partes do problema, porque precisamos de o potenciar e se podermos ter três equipas de basquetebol a treinar em simultâneo ou duas equipas de andebol, é muito mais do que termos

apenas uma equipa de andebol ou duas de basquetebol. Se podermos ter, nas condições que o pavilhão vai ficar, duas equipas de jovens de basquetebol a terem jogos oficiais em simultâneo, temos uma maior rentabilidade do pavilhão. -----

----- Aquilo que já está assente e foi uma condição à partida que foi aceite pelo GICA, é que em caso de conflito de interesses na utilização do pavilhão, quem dirime esse conflito é a Autarquia. Ou seja, se houver necessidade de fazer lá uma determinada actividade, o GICA e a colectividade ou alguém lá pretenda fazer, podem apelar à Autarquia e aquilo que a Autarquia disser é aceite pela Direcção do GICA. -----

----- Depois, aquilo que também está a ser negociado é que a Câmara terá lá um pacote de horas durante x anos, isto tem a ver também com as contrapartidas que são necessárias para a recuperação daquele pavilhão, porque aquele pavilhão não tem condições para a prática desportiva a um nível minimamente razoável. -----

----- Aquilo que estamos a negociar é que a Câmara vai ter capacidade de utilizar a custos diferenciados ou colocar lá outras colectividades a praticar desporto.” -----

----- **Deputado Francisco Rogério Martinho Estrela – GM do PS:** -----

----- “A minha questão é apenas com a seguinte questão: Aquele espaço que hoje é utilizado para parque de estacionamento também é utilizado para outro tipo de actividade lúdica. É lá que nós costumamos fazer as actuações de carácter cultural. É um espaço que, às vezes, se torna exíguo. A Câmara Municipal deve ter em atenção esse facto, porque vamos retirar quinze metros numa faixa numa extensão de cerca de cinquenta metros e será uma área que vai afectar esse espaço que é pequeno e que se tornará ainda mais pequeno; a não ser que haja outra solução ou que esta questão não tenha grande interesse relativamente aquilo que se pretende fazer.” -----

----- **Deputada Marlene Domingues Gaio – GM do PSD:** -----

----- “A minha intervenção vinha no sentido das intervenções anteriores e as questões seriam as que, efectivamente, até já foram colocadas, nomeadamente no que concerne ao protocolo, que o Senhor Presidente da Câmara já nos referiu, já nos disse a sua opinião e o que irá fazer. A minha intervenção é também no sentido da cláusula de reversão que aqui já foi referida, mas eu tenho uma outra dúvida e que nós aquando da estipulação e da definição dos casos em que esta cláusula de reversão operaria, esquecemo-nos de uma situação: E no caso da obra não ser realizada, vamos andar aqui quanto tempo? Nesta situação, a Lei prevê apenas que teremos que

aguardar por um período de dez anos e depois extinguir-se-á este direito de superfície. -----

----- A nossa proposta e porque achamos que este prazo e demasiado longo, no caso da obra não ser realizada e nós propúnhamos que este prazo e a realização da obra, sob pena de extinção deste direito de superfície, fosse reduzido para cinco anos.” -----

----- **Deputado Manuel Antunes de Almeida – GM do PSD:** -----

----- “Eu penso que terreno onde está implantado o GICA era um terreno do domínio público que a Câmara Municipal cedeu definitivamente sem direito de reversão ao GICA. O que a Câmara está, neste momento, a propor é se lhe ceda na superfície uma faixa de quinze metros, o que é uma coisa diferente. O GICA não é, como o Senhor Presidente disse e bem, um pavilhão que sirva em moldes minimamente aceitáveis as necessidades de Águeda. Ou a Câmara adquire o GICA, adquire a propriedade do terreno e o próprio imóvel que lá está implantado e naturalmente é ela que é a proprietária e depois fará os alargamentos que entende; ou naturalmente, se vier a fazer o novo pavilhão, inutiliza aquela área que poderá ser utilizada em proveito público do Município, porque não tem outro sentido. Águeda tem tido grandes problemas no passado. O Município cedeu o terreno onde está implantado o actual Quartel dos Bombeiros e sem direito de reversão, nem o de cima, nem o de baixo; deu definitivamente aos Bombeiros e não teve força para impor o direito de reversão; eu bem que o quis impor e não consegui. -----

----- A questão aqui é que aquele terreno é, sem direito de reversão, do GICA. O GICA é proprietário daquele imóvel e do terreno que ali está e a Câmara propõe-se e bem, ceder uma área para melhorar a funcionalidade daquele pavilhão no tempo de perspectiva em que ele ainda sirva Águeda, porque no futuro penso que terá que haver um novo pavilhão ou a Câmara terá que o adquirir. Isto é, compromete-se a fazer um novo pavilhão que serve o Município e naturalmente utilizará em proveito do Município aquele espaço, que é um espaço altamente valioso.” -----

----- Decorridas as intervenções feitas pelos Senhores Deputados da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Obviamente que vamos ocupar uma faixa de terreno de cerca de quinze metros no comprimento do pavilhão, mas felizmente temos lá muito espaço e nós não precisamos de ter as coisas organizadas sempre da mesma forma. -----

----- Lembremos também que esta Câmara quer comprar vinte hectares do outro lado e temos lá já muitos hectares; há que os melhorar. Agora, naquele espaço, nós ficamos com uma estrutura que poderá servir durante largos anos o Concelho com qualidade. -----

----- Quanto às obras, nós estamos num processo de parceria com o GICA de contra relógio para iniciar; temos de fazer um pavilhão que receba as aprovações das diferentes entidades, mas até ao final do próximo mês o projecto está entregue e é para pôr a concurso de imediato, porque já há fundos para fazer esta obra. -----

----- Porque é que a Câmara não comprou o GICA? Posso vos dizer que houve negociações nesse sentido, de a Câmara comprar e fazer ali um pavilhão municipal, só que nós também temos de ver como é que conseguimos os fundos necessários para as diferentes obras. E onde conseguíamos ir buscar mais financiamento era o GICA concorrer e haver uma parceria com a Autarquia para pôr o pavilhão ao serviço da população. -----

----- A mim, enquanto Presidente da Câmara, não me importa de quem é a posse, importa-me a utilização que eu posso fazer e aquilo que ficou assente desde a primeira hora que a Autarquia no caso de conflito poder redimir e poder dizer “Não”; é A e não é B aos donos daquilo; eu penso que torna o Município quase dono daquelas instalações; é dirigente daquelas instalações. Agora, tem uma palavra a dizer na sua utilização. -----

----- Aquilo que nós precisamos é de um pavilhão com melhores condições para a prática do desporto porque, felizmente, e devo dizer isto, eu espero que dentro de dois anos, nós passemos a ter dentro do espaço urbano da cidade de Águeda quatro espaços cobertos com medidas regulamentares para a prática do desporto. Neste momento, nós temos já as obras na Escola Marques de Castilho; a Escola Fernando Caldeira além do pavilhão vai ter um ginásio e esse vai também pertencer à Câmara e a Escola Adolfo Portela vai ter pavilhão novo e com condições também para a prática desportiva. Mas a nave onde se poderão fazer jogos e que estará prevista para ter mais assistência é o pavilhão do GICA e aí a Autarquia precisa de ter condições para actuar. Não tem o ónus da gestão corrente daquela infra-estrutura. Portanto, penso que respondi também à questão da obra que rapidamente irá começar.” -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi então proposto que fosse aditada uma cláusula de reversão no caso de dissolução da Associação ou se lhe for dado um uso diverso do que foi solicitado a esta Assembleia e sem que esta o autorize de forma expressa.

Foi ainda proposto a cedência do direito de superfície sob a condição resolutive de extinção desse direito, se o superficiário não iniciar a obra no prazo de cinco anos. -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda** usou da palavra, que completou o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu entendo é que nós não devemos ter uma posição para umas Associações e outra posição para outras Associações. Eu defendo que nós sejamos uniformes para todos do Concelho e se esta situação for aqui adoptada, proponho que seja para outras também e em termos de Executivo irá executar da mesma forma. Para futuro todas as propostas que vieram cá da Câmara para o mesmo fim, terão essas cláusulas. Se nós estamos cá é para aperfeiçoar sempre a nossa metodologia.” -----

----- Tendo sido colocada a votação, verificou-se que a Assembleia deliberou, por Unanimidade, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda relativa a terreno para o Ginásio Clube de Águeda (GICA), designadamente: -----

----- Desafectação de domínio público para privado; -----

----- Cedência de direito de superfície; -----

----- Cláusula de reversão nas condições aprovadas para a Instituição anterior; -----

----- Cedência de direito de superfície sob a condição resolutive de extinção desse direito, se o superficiário não iniciar a obra no prazo de cinco anos. -----

----- Ponto 7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda para Aquisição de Edifício – Pensão Santos; -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feitas as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP:** -----

----- “Eu devo dizer-lhe, Senhor Presidente, que relativamente ao ponto em questão, fiz serão. Enquadrei o serão que fiz em algumas discussões que foram tidas nos últimos anos relativamente à matéria aqui em discussão e que foram tidas a nível de CDS. Este assunto não é novo, em termos de execução é recorrente, tem no mínimo dez anos de discussão e tem tanto tão difícil de discutir como tem de fácil. -----

----- Eu li os seus considerandos na proposta que fez. É uma prosa substantiva bastante bonita

a que apareceu na proposta do Senhor Presidente, mas suponho que não suficientemente persuasiva para nos convencer tanto do potencial daquilo que o Senhor nos quer trazer. Não sei se foi totalmente lavra sua ou se terá tido alguma ajuda colateral, efectivamente, o ponto é interessante mas a sùmula e a substância tem alguns compromissos que nos obrigam a repensar seriamente. -----

----- Eu li também que o Senhor Presidente considera que temos ali uma componente bastante elevada de memória colectiva e a memória colectiva é, como todos nós sabemos, uma matriz constituída por algumas sub-matrizes e estou de acordo consigo, temos ali aquela mas também temos muitas. Temos, por exemplo, o Barão do Souto do Rio; temos a Casa Ribeiro e temos a Pensão Castilho. -----

----- Eu não devo de entrar na Pensão Santos para aí há cerca de quarenta e cinco anos, tenho uma vaga ideia ainda daquilo, fiquei com uma boa matriz e é um bom princípio para nós analisarmos esta situação. De qualquer das formas, Senhor Presidente, também lhe diria uma coisa. As memórias colectivas não são, às vezes, boas conselheiras para projectos e portanto temos que ter um particular cuidado quando juntamos umas às outras, porque os projectos de desenvolvimento de zonas históricas tem muito a ver também com o DNA interactivo que se gera entre a zona histórica, entre os seus habitantes, entre aqueles que por lá passam. que dinamizam e que as mantêm vivas. Portanto, se o DNA não funcionar nós temos alguns problemas complexos cujo o investimento por si só não resolve. -----

----- Aquela zona histórica, como o Senhor sabe, tem alguns problemas conflituais de DNA, porque está transformado mais propriamente em emotividade e saudade, do que propriamente de uma seiva que deveria ali gerar-se e dinamizar aquele local. -----

----- Como o Senhor sabe, nós temos ali alguns desenquadramentos em termos de alavancagem social, cultural, em termos de negócios daquela zona; aquilo é muito complicado. Temos o exemplo claro do problema da Casa Salvador, que é um refúgio, numa certa fase da idade, para o dono inicial daquilo, que tem ali a sua matriz histórica e as suas recordações e ali vai continuando. Mas que, se analisarmos pelo ponto de vista prático das situações, tem também depois a outra parte, que é a parte complicada deste projecto. -----

----- Quando o Senhor Presidente nos propõe a compra daquele edifício, nós analisamo-lo pelo prisma da construção do próprio edifício, pelo prisma da localização e pelo potencial que ele

possa ter na alavancagem naquela zona em termos futuros. -----

----- Aquilo que aparentemente pode ser um bom projecto na ideia do Senhor Presidente, pode-se revelar também um mau projecto na ideia dos outros munícipes, na minha ou de outra pessoa qualquer. Portanto, é preciso ter um certo cuidado ao ponderar um investimento que não se resume propriamente ao investimento na compra, mas que se consubstancia depois no investimento da transformação, segundo o ponto de vista do Senhor Presidente, ou da remodelação do espaço que se vai comprar na expectativa do nosso entendimento. -----

----- Relativamente àquilo que o Senhor Presidente diz que quer ali fazer, nós temos algumas dúvidas sobre os resultados práticos em termos de dinamização da baixa. Chamo aqui um exemplo que toda a gente conhece; como se lembra, aqui há uns tempos atrás, veio aqui a esta Assembleia um programa que se chamava AGCUA, que vinha muito bem desenhado, tinha uma excelente componente de marketing, tinha até um técnico de marketing, tinha projecções excelentes. Eu disse-lhe aqui desta tribuna, e infelizmente tive razão porque eu gostaria de não ter tido razão, que a única coisa que aquilo ia dar era desperdício de dinheiro e de expectativas e porquê? Porque fundamentalmente os projectos têm que ter pessoas; têm que ter pessoas motivadas, interessadas e com potencial para projectos avante e aquele estava nitidamente condenado à partida, porque a envolvimento no projecto teria que ser muito mais das pessoas que lá vivem e que tinham os seus interesses pessoais em jogo, do que propriamente de uma Autarquia que quer fazer um brilharrete, como lhe compete, legal e em termos de perspectivas, mas que deve ser a que está sempre atrás, deve dar o apoio mas no fundo não deve servir de líder de coisa nenhuma, porque os líderes são os donos do projecto em si. E quanto àquele projecto o Senhor Presidente ainda não me conseguiu quantificar e eu já perguntei aqui duas vezes quanto é que custou aquele projecto, pelo que presumo que concretamente o Senhor Presidente não saiba, porque se soubesse já mo tinha dito. Tem também uma componente de investimento da ACOAG e que também não sabemos de quanto foi. Tem trabalho dos técnicos, que eu pressuponho que possa existir e que esteja materializado e que também nunca nos foi apresentado. -----

----- Senhor Presidente, este é um exemplo que nos deve servir para termos muito cuidado relativamente àquilo que se quer construir no futuro. -----

----- Depois destas considerações, dir-lhe-ia que paradoxalmente, depois de tudo aquilo que eu

disse, aquele espaço é, no entender do CDS, um espaço vital na alavancagem da baixa histórica da cidade e como é um espaço vital nós estamos receptivos e abertos para o discutir conjuntamente com o Executivo, mas conjuntamente também com as outras forças políticas desta Assembleia e com todos aqueles que tenham algum interesse em ver o crescimento de Águeda sustentado mas com alguma credibilidade relativamente ao futuro. Ou seja, o projecto que o Senhor Presidente nos vem propor, pode merecer a nossa aprovação mas não no contexto que nos propõe, porque nós não concordamos com aquilo que o Senhor lá quer fazer e como não concordamos vamos propor a esta Assembleia uma alteração da sua proposta que reputamos de elementar para tomarmos decisões à posteriori e proposta esta que diz o seguinte:

----- “PROPOSTA: -----

----- *Tendo em consideração as inúmeras especificidades e condicionantes de natureza económica, técnica, estratégica e política que estão subjacentes à proposta de compra da Pensão Santos;* -----

----- *Tendo em conta que ma cidade ou um município – no seu todo – não se constroem somente à imagem e semelhança de uma mente visionária ou de uma vontade esclarecida e que o espectro heterogéneo dos cidadãos, de preferência, ou opcionalmente os seus legítimos representantes, devem interferir na sua reabilitação para que se sintam permanentemente identificados e integrados;* -----

----- *Tendo em conta que a visão e projecções definidas pelo Sr. Presidente da Câmara, na sua Proposta colidem, senão no todo na parte por nós considerada nuclear, com as perspectivas da matriz económico-financeira do projecto, de estratégia de reabilitação urbana e de alavancagem social, cultural e comercial da zona e da cidade;* -----

----- *Tendo ainda em consideração que, seguramente, outras opiniões divergentes se perfilharão para contestar o modus facienti e operandi subjacente aquela Proposta;* -----

----- *O Grupo Municipal do CDS-PP sugere as seguintes alterações à PROPOSTA NR. 2010, de 16/03/2010, e enviada ao Executivo, pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda, para aprovação.* -----

----- *1) – Deixarão de ser tidos em consideração os parágrafos nrs. 6, 7 e 8 da referida proposta, sendo substituídos do seguinte modo (a negrito):* -----

----- *2) ...**O espaço/edifício em apreço, por ser de nuclear importância para a reabilitação***

da zona histórica da Baixa da Cidade, será levado a discussão pública e por período tido por conveniente e razoável, no que concerne a: -----

----- **a. Aproveitamento;** -----

----- **b. Formas de reabilitação;** -----

----- **c. Estratégia de desenvolvimento urbano, comercial, cultural ou outros.** -----

----- 3) - A compilação das sugestões para o projecto, decorrentes da discussão pública, conjuntamente com a contribuição prévia dos partidos e independentes com assento na Assembleia Municipal, permitirão elaborar um esboço de projecto final que deverá ser votado em sede de Assembleia Municipal e validado por uma maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos seus membros. -----

----- 4) – Após a aprovação caberá ao Executivo dar seguimento à elaboração do projecto final e sua execução. -----

----- Pensamos ser esta a forma mais saudável e transversal de enquadrar projectos de envergadura que envolvem esforço financeiro considerável e endividamento a médio prazo e que, por isso mesmo, tendo de ser pagos ou amortizados a diversos mandatos, justificam requerer um comprometimento global ou, no mínimo, significativo dos responsáveis de todos os quadrantes políticos e sociais. -----

----- *Águeda, 09 de Abril de 2010* -----

----- *Eunice Neto* -----

----- *Coordenadora do Grupo Municipal do CDS-PP*” -----

----- Senhor Presidente, isto tem a ver com o seguinte. O investimento que o Senhor nos propõe é de quatrocentos e setenta mil euros. A projecção de custos que não tem contabilizado, porque tem ideias mas não tem projectos, eu estimá-lo-ia no dobro daquilo que vai investir na compra e portanto estaríamos a falar de um investimento de mais de um milhão de euros, que é um grande investimento. Como outros grandes investimentos, eu entendo que eles devem ser sustentados quando passam de mandatos e há empréstimos bancários precisamente para suportar a compra deste edifício e, provavelmente, outros terão que ser feitos para suportar as obras, independentemente de financiamentos que possam vir. São projectos que têm que ser passados para mandatos seguintes. No mandato seguinte o Senhor Presidente poderá, eventualmente, não estar cá e poderá ter que ser outro a assumir a responsabilidade de pagar aquilo a que o

Senhor deu início em termos de gastos municipais. Portanto, é justo que quando se fazem grande obras e se envolvem grandes expectativas, quer em termos emocionais, quer em termos financeiros, acho que é justo que a sociedade no seu todo diga, muito claramente, se entende que a sua Autarquia e o seu Município devem despende tal volume de dinheiro, porque é esse dinheiro que depois vai condicionar também no futuro, algum do andamento dos trabalhos correntes que os Municípios necessitam. -----

----- É nessa perspectiva que nós nos mostramos disponíveis para viabilizar a compra e para viabilizar a correcção do empréstimo, tendo em consideração que os pressupostos daquilo que lá vai ser feito, não são aqueles que o Senhor faz na Proposta; serão aqueles que a sociedade num espaço considerado razoável e este areópago político através dos diversos partidos e dos seus elementos, discutir e propor e que seja aprovado depois esse projecto global de uma vontade resultante de uma vontade colectiva, que seja aprovado nesta Assembleia, claramente por uma maioria de dois terços dos membros desta Assembleia. -----

----- Foi entregar a Proposta ao Senhor Presidente que fará depois o favor de dar seguimento.” -

----- Decorrida a intervenção feita pelo Senhor Deputado da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “O edifício da Pensão Santos surge-me para mim como surgiu há alguns tempos a criação de um parque empresarial. Águeda precisa de ter competitividade e precisa de ter capacidade de dar respostas. Não foi nada agradável no mandato anterior receber empresários e dizer-lhes para irem para Albergaria e para Oliveira do Bairro. Os Senhores não imaginam o que foi a guerra dos Tribunais. Eu estou convencido que o Tribunal de círculo não ficou em Águeda porque nós não tínhamos hipótese de oferecer instalações, porque aquilo que foi dito é que nós tínhamos instalações e para termos cá o TIC e o DIAP vocês viram par onde é que eles foram. Posso vos dizer que temos Municípios vizinhos a desafiar organismos do Estado de tirarem de Águeda alguns Serviços para os levarem para lá dando-lhes todas as condições; nós não somos competitivos. Digam-me onde é que a Câmara tem, aqui na cidade, algum sítio um local onde se possa dizer para virem para Águeda porque temos condições de os albergar. O problema está aqui. -----

----- Nós estamos a assumir um encargo, mas estamos a assumir uma possibilidade de sermos

mais competitivos e de termos possibilidades de dar respostas e aquilo que se passa é que neste momento e cada vez mais, nós temos que ter versatilidade e temos que ter factores que nos diferenciem para podermos conquistar coisas para nós. -----

----- Independentemente de tudo, aquilo que surge aqui para nós em termos de Executivo, é a oportunidade de um negócio que se pode fazer, que não está definido o seu último fim. Há algumas utilizações que estão encaminhadas, mas eu não posso dizer que as vou ter. -----

----- Indo buscar aquilo que o Doutor Antunes disse relativamente aos Bombeiros, eu defendi também, na altura, que o Estado dava x e a Câmara dava o resto e as instalações antigas revertiam para termos capacidade de actuação. Eu não posso chegar a Lisboa e dizer que tenho sítio para pôr um Serviço, porque não tenho. -----

----- Sobre os projectos que o Doutor António Martins disse, há uma coisa que eu não concordo porque eu acho que a Câmara tem que liderar e se houve um erro que nós cometemos foi não ter liderado o processo da AGCUA e isso eu assumo que foi um erro, porque pelo certo que não teria sido aquilo que foi, porque nós inclusivamente vimos negar a paternidade de pessoas que estavam envolvidas nesse processo e que negaram a mais valia. Por isso, eu entendo que devemos liderar e devemos ter capacidade de resposta e capacidade de ir mais longe para o Concelho. Temos uma estratégia; é preciso revitalizar. Eu sei que o exemplo que foi dado, e há outros, que efectivamente é uma situação que se vive na Baixa da Cidade, mas nós temos de ter estratégias diferente e procurar os meios para os alcançar. Se nós tivermos coarctados podemos ir lá fazer umas festas, não vamos para lá levar mais valias; ficamos sem essa situação.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – GM do PS:** -----

----- “Embora nós possamos cumprir a determinação Regimental do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, de momento estamos a discutir a proposta apresentada pelo nosso colega António Martins, na verdade eu não sei onde é que começa e acaba cada uma das matérias e nem sequer me vou preocupar com isso. Quero começar por agradecer ao António Martins por nos ter lembrado o DNA da Baixa de Águeda. Penso que se estava a referir ao desperdício para a sua situação que nós hoje temos, que é o desperdício da nossa Águeda, em primeiro lugar a sua Baixa, por tudo o que representa no passado, pelo potencial que tem e pela alavanca que pode ser para o futuro, -----

----- Obviamente que eu partilho daquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir,

porque eu acho que as Câmaras Municipais têm não o direito mas a obrigação de intervir na dinamização económica e procurar a melhoria qualidade de vida e a melhoria posicional na concorrência e na competitividade entre as diversas regiões, entre os diversos municípios, intervindo economicamente dinamizando. -----

----- Quando a Câmara Municipal apresenta uma proposta para realizar um investimento, esta ou qualquer outra, não é aceitável que o faça desenquadrada de um propósito estratégico. Não faria sentido, sendo o valor diminuto ou sendo expressivo como este é. -----

----- Uma das razões pelas quais a Câmara deve intervir não é apenas porque precisar de alavancar, de dinamizar e orientar estrategicamente em todos sentidos, seja a recuperação de espaços urbanos degradados, seja a atracção de investimentos, seja orientação para sectores industriais de novas tecnologias; até terá mesmo que o fazer para corrigir desvios de mercado. Se queremos um exemplo maior na nossa Baixa temos o desvio no mercado; façam um inventário dos prédios que estão devolutos, dos prédios que estão degradados, que estão a ameaçar ruína e segurança pública e circunstanciem as razões e as circunstâncias em que o estão. Claramente é preciso corrigir um desvio que o mercado está a ter e que está a contribuir para o DNA, para o desperdício da nossa Águeda. -----

----- Quando é apresentada a proposta para fazer a aquisição daquele imóvel, certamente que ele está associado a uma visão e a uma orientação estratégica, já foi razoavelmente exposta no essencial e não vejo porque não assinaremos todos, independentemente das nossas motivações, os propósitos que foram enunciados pelo Presidente da Câmara. Qualquer decisão que esta Assembleia tome no sentido de alterar a visão estratégia e os propósitos deste investimento, poderão fazer correr o risco da razoabilidade ou da propriedade nesta circunstância neste momento, a implicar se necessário for que a Câmara contraia empréstimos, porque acho que o deve fazer para razões deste tipo, porque vai corrigir mercado, vai alavancar investimentos ou vamos deixar em aberto os projectos que possam aparecer de iniciativa privada? Eu tentei perceber que era exactamente essa a intenção do nosso colega António Martins, para fazer mais projectos iguais àqueles que já lá temos dos prédios que estão na situação que estão há dezenas de anos? Já chega, vamos mudar isto tudo.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – GM do PS:** -----

----- “Eu não tive tempo de analisar suficientemente os temas que vieram a esta sessão, contudo

após as explicações dadas pelo Senhor Presidente. Eu penso que este areópago é um espaço de discussão política e quando vimos aqui falar temos que ter capacidade de influenciar os outros a seguirem a nossa ideia; isso é fazer política. O Senhor Presidente da Câmara apresenta-nos uma proposta de aquisição de um imóvel numa determinada zona da cidade, com uma intenção, com uma visão e com um caminho que pretende implementar na Baixa. O Senhor António Martins entende que não, porque é um investimento muito avultado. Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara tem pensado na Baixa da Cidade e muito bem e naquilo que é o nosso DNA, que é o rio que é aquilo que é a base mais importante da nossa Cidade. -----

----- Penso que o facto de querer adquirir aquele imóvel ou outro qualquer na Rua Luís de Camões, seja ele qual for, eu peço é que antes ou depois de comprar que a Rua Luís de Camões seja aberta ao trânsito, porque eu penso que isso é fundamental, para que ganhe nova vida. Depois, há outra coisa que é importante em qualquer Cidade, as coisas tornam-se apetecíveis mediante as coisas que lá têm ou não têm. Foi lembrado aqui pelo Senhor Engenheiro Manuel Farias, que se houver lá elementos atractivos, naturalmente que processo de degradação de todos aqueles imóveis, se calhar, irá funcionar ao contrário. Se o imóvel da Pensão Santos, que é um imóvel extremamente grande, que vai da Rua Luís de Camões à Vasco da Gama, com certeza que o Senhor Presidente da Câmara há-de ter para lá uma passagem qualquer de ligação das duas ruas. Nós temos é que recuperar as zonas degradadas, dar-lhes vida e que aquilo que lá se faça que atraia a que os outros proprietários recuperem, porque será uma zona atractiva em termos comerciais, como já foi. -----

----- Eu penso que Professor Martins está, de certa maneira, a atrasar o processo de recuperação daquela zona, com mais uma comissão de discussão, com mais um espaço de reflexão e Águeda já foi muito pensada e muito reflectida. Acho que Águeda carece de movimento, de acção e de obras, sejam elas de que valor for; o que eu quero é que ajam obras que dignifiquem a nossa Cidade, que a tornem atractiva e que Águeda seja, cada vez mais, uma Cidade de futuro, onde valha a pena viver.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Eu penso que o Professor Martins não foi entendido nesta Assembleia ou não quis ser entendido; há estas duas hipóteses. Temos aqui em discussão a aquisição de um imóvel pelo próprio Município e aqui há duas questões. Se é um imóvel com um destinado fim então deve ser

aqui justificado para que fim é; deve-nos ser apresentada aqui uma relação de custo de benefício do próprio investimento e deve-nos ser dada aqui as garantias da rentabilidade deste investimento; esta é uma via. Se há outra via, que é a via que me pareceu perceber na explicação do Senhor Presidente, que é de aquisição de um imóvel de uma zona histórica, para ficarmos com possibilidades de no futuro termos alternativas para nos posicionarmos de uma forma muito mais atractiva e muito mais competitiva no Município perante novas oportunidades, então isto enquadra-se numa perspectiva de Orçamental da Câmara, porque se estivermos a falar de uma aquisição que custa quatrocentos e setenta mil euros, com obras poderá ter mais um milhão de euros em cima. Se estivermos a falar de um milhão e meio de euros, estaremos a falar de vinte por cento das verbas destinadas a investimento no Município, não sei se é verdade, mas isso tem a ver com o Orçamento. Se estivermos a falar, por exemplo, de irmos buscar algum espaço para termos os exemplos que o Senhor Presidente deu, como termos aqui o Tribunal de Círculo, eu acho que é importante este tipo de situação. Mas, se estivermos a falar de um espaço para instalar um Centro de formação Profissional ou o Centro de Emprego, também temos a zona industrial nova que o Senhor Presidente está a tentar fazer, que tem áreas de serviço que são importantes para isso. Há aqui várias discussões neste prisma. Tenho a certeza que se houvesse, o Senhor Presidente nos traria aqui um estudo de uma relação custo – benefício, porque não acredito que o Senhor Presidente faça um investimento sem ter essa noção. Então, o que o Professor António Martins pretende com a sua proposta é fazer a aquisição do imóvel mas com esta condicionante, que é para dotarmos o nosso Município com melhores armas em termos de competitividade mas a visão da competitividade do Município não é exclusiva da cabeça do Senhor Presidente e do seu Executivo; é de todos os que representam os eleitores com a condição desta proposta vir aqui ser discutida a sua utilização no futuro e ser votada nesta Assembleia municipal com a maioria de dois terços. -----

----- Ora, isto não tem nada a ver com liderar; liderar é saber efectivamente liderar em conjunto, porque com as minhas ideias é fácil liderar com as ideias de todos é mais difícil. É aqui que nós temos que nos abrir à sociedade. O Próprio Presidente e bem, no meu ponto de vista, definiu no início do seu mandato anterior, uma regra importante ao nível do endividamento da Câmara: “Meus Senhores, até dois mil e treze vai haver obras para o QREN. As Câmara que não tiverem capacidade de endividamento não vão aproveitar os fundos do QREN”. Foi aquilo que o Senhor

definiu. Não é à toa que nós temos as estradas deste Município todas esburacadas, porque as nossas Freguesias estão a sacrificar-se em função desse princípio que o Senhor Presidente definiu. Portanto, neste caso, não está previsto sequer que esta obra venha a ser comparticipada pelo QREN. -----

----- Por isso, o PSD perante esta proposta, antes de tomar uma decisão vai depois pedir cinco minutos antes da votação, para se reunir e analisar esta proposta, que não tínhamos conhecimento dela. Mas, do meu ponto de vista, se não tiver novos dados, porque acredito que não há neste momento uma utilização final neste processo, parece-me muito razoável a proposta do Professor Martins, que não inviabiliza nenhum dos pressupostos que o Senhor Presidente definiu; propostos de recuperação do Centro Histórico; um conjunto de situações mas que, por sua vez, deixa até a possibilidade do Senhor Presidente brilhar; começar a utilizar isto como o seu Orçamento Participativo, que é uma coisa que prometeu há cinco anos atrás e ainda não começou. É um exemplo, de todas as pessoas poderem colaborar neste processo. -----

----- Eu nem vejo muito bem onde é que está o problema ou o fantasma da proposta do Professor António Martins. Eu nem sempre tenho estado de acordo com ele, mas não vejo que isso possa impedir o bom funcionamento deste Município. -----

----- Vejamos, este mês vamos fazer quatro Assembleias Municipais; uma a pedido do PSD; outra a pedido do Senhor Presidente da Câmara; outra para comemorar o vinte e quatro de Abril e outra para apresentarmos as contas e orçamento, que poderiam ser apresentados hoje. Portanto, não me parece que seja muito difícil convocar uma Assembleia Extraordinária se houver um assunto de demasiado interesse, para podermos discutir aqui, no futuro, a utilização deste imóvel. É a minha visão sobre esta matéria. -----

----- Portanto, peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, antes de colocar à votação esta proposta, conceda cinco minutos ao Grupo Municipal do PSD para nos reunirmos e analisarmos a proposta do Professor António Martins.” -----

----- **Deputado Manuel Antunes de Almeida – GM do PSD:** -----

----- “Inicialmente quando vi esta proposta aderi logo a ela, na convicção de que a parte Histórica da Cidade tem estado um pouco abandonada e que é importante revitalizar aquela zona. Este edifício que vai da Rua Luís de Camões à Vasco da Gama e que penso que a Câmara ainda não abandonou a ideia de um braço do rio Águeda, que sai do Poço do Conde ligado à Ponte do

Miguel, o que virá diminuir em grande as cheias, que naturalmente ocupavam a Vasco da Gama que não a Luis de Camões, que isso irá propiciar no futuro um aproveitamento muito bom daquilo que é o coração da Cidade. -----

----- Por isso, a nossa primeira ideia foi claramente de adesão à compra desse edifício e não só desse, porque aí há uma outra questão. Este com certeza que foi oferecido à Câmara Municipal, porque a antiga Farmácia Vidal, que é um bonito edifício, que tem ótimas condições, que é uma vergonha para Águeda com está e que a Autarquia devia obrigar os proprietários a reconstruí-lo ou a expropriá-lo. Esta é a minha ideia e eu tenho que dizer aquilo que penso. Não é possível manter um edifício daqueles na zona mais nobre em frente ao jardim, naquele estado. É uma vergonha em qualquer parte do País. Mas com certeza que os proprietários não o terão oferecido à Câmara e penso que relativamente ao edifício da Pensão Santos, os herdeiros do Senhor Santos o terão oferecido; não terá sido de iniciativa da Câmara. -----

----- O meu colega, Professor António Martins, veio alterar a minha posição inicial, porque eu raciocino sobre a argumentação que é aqui prestada. Sou um homem de ideias firmes mas não sou de ideias fixas. Eu mudo, desde que me tragam argumentos suficientes para ter capacidade de mudar e na verdade o que o Professor António Martins aqui propôs, não é inviabilizar a proposta da câmara, é claramente até votar favoravelmente, só que pressupõe uma outra ideia, é que haja uma sessão pública sobre a utilização do espaço, sobre as obras que a Câmara está disponível a fazer ali e para que utilidade, que também acredito que a Câmara não tenha, neste momento, uma ideia totalmente definida de qual é a utilização daquele grande imóvel, que vai de uma rua a outra. Mas não vejo que a votação da proposta do Professor António Martins inviabilize a proposta da Câmara, no sentido da aquisição do imóvel. Eu diria que nada de mais contar aprovar a proposta do Professor António Martins e isso nada inviabiliza a Câmara e o Senhor Presidente que não tenha medo de que mesmo com uma sessão pública, no futuro, que o Senhor não vai levar avante, embora tenha que ouvir as pessoas e essa é a minha questão fundamental. O Engenheiro Hilário disse aqui uma coisa que eu tenho que vincar; é que é fácil eu ter uma decisão porque sou eu, mas a democracia é um concerto de ideias, é conseguirmos algum tipo de chegarmos a uma consensualidade, embora alguns tenham que ceder. Portanto, O Senhor Presidente da Câmara escusa de ter esse medo e a aceitar de boa mente a proposta do Professor António Martins, que no fundo vai permitir que haja um conjunto de pessoas a

debruçarem-se sobre aquilo que pensa para lá.-----

----- Também penso que nos outros edifícios que estão ali e que são importantíssimos numa zona nobre, têm que ser realmente remodelados ou os proprietários são obrigados ou então esta Assembleia tem que lhes aplicar uma taxa de tal ordem pesada que os obrigue a alterar aquilo que é uma vergonha municipal.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Se há coisa que eu não tenho, é medo. Acho que já provei, inclusivamente, nesta Assembleia que estou disposto sempre a aceitar as sugestões que entendo como melhores para termos um trabalho mais eficaz. Aliás, deve haver poucas Câmaras neste País que tenham promovido tantas sessões públicas de projectos como a Câmara de Águeda. Se tivesse medo decidia isso tudo no gabinete e só mandava publicar e fazia seguir os processos. -----

----- Eu gostaria de esclarecer mais concretamente sobre o investimento que está aqui em causa. Os quatrocentos e setenta mil euros que estão em causa neste investimento é aquilo que a Câmara no ano passado, este ano e nos próximos dois anos vai, por exemplo, contribuir para a Pateira; são quatrocentos mil euros por ano que nós vamos colocar na Pateira e não é participado; são fundos da Câmara. -----

----- quilo que nós estamos aqui a discutir hoje é uma oportunidade de negócio que foi oferecido à Câmara. Posso-vos dizer que se me tivessem vindo a antiga Farmácia Vidal, eu não teria aceite, porque o edifício da Pensão Santos está bastante degradado por fora, mas interiormente está com muitas boas condições e permite uma utilização, com excepção da parte do telhado que precisa de uma revisão, de uma limpeza e de algum isolamento, o restante precisa de uma limpeza, de uma pintura e de uma instalação eléctrica, porque está em muito boas condições. Eu fui lá para ver e depois mandei os técnicos para verificarem se, efectivamente, eu estava a ver bem ou não. -----

----- Agora, eu tenho algumas negociações com alguns departamentos do Estado, mas eu não posso garantir que venham para cá. Também acho que colectivamente não devemos àquele prédio todo onerá-lo todo logo com uma determinada ocupação. Ele é demasiado grande para nós estarmos já a definir à partida o que é vai ser no futuro. Eu concordo que se ponha à discussão pública. Agora, não gostaria é que eternizassem o processo. Concordo que as

peças se manifestem sobre a aquisição deste edifício, mas sobre a utilização não vamos fechá-la, porque nós ficamos aqui amarrados com uma situação muito complicada para gerir no futuro. Nós temos que gerir as coisas com transparência, depois cada um assume as suas opções. Aquilo que eu trouxe aqui é que há esta possibilidade; entendo que é positiva e devo propor à Assembleia porque eu sou obrigá-la a trazê-la aqui, porque se fosse das competências do Presidente da Câmara, digo-vos que o negócio estava feito, porque eu estou convencido que é um bom negócio para a Autarquia. -----

----- Nós vamos ter uma Assembleia Municipal ainda este mês, no próximo dia vinte e sete e poderemos ter cá este assunto de novo porque, entretanto, podem surgir outros compradores e o negócio pode ir embora, porque neste momento não existe qualquer contrato entre as partes. Se aparecer mais alguém a Câmara deixa de ter essa oportunidade e é isto que eu gostaria de dizer. -----

----- Quanto ao Paulo Seara, eu não posso concordar mas mais uma vez estamos em campos opostos, porque eu acho não se leva mais gente metendo carros na Rua Luís de Camões; tem de ser de outra forma; é levando lá as pessoas tendo estacionamento relativamente perto. Nós temos de ter uma Cidade cada vez mais para as pessoas; é isso que eu defendo e é isso que nós vamos ter; é as pessoas dentro da Cidade e faz-nos bem andar um bocadinho mais para podermos cumprir as funções que temos de cumprir.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** usou da palavra, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “A Mesa tem um pedido de esclarecimento para fazer. Para além dos considerandos que a proposta contém e depois da parte final, eu passava a ler só as questões líquidas da proposta:

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP sugere as seguintes alterações à PROPOSTA NR. 2010, de 16/03/2010, e enviada ao Executivo, pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda, para aprovação. -----

----- 1) – Deixarão de ser tidos em consideração os parágrafos nrs. 6, 7 e 8 da referida proposta, sendo substituídos do seguinte modo. -----

----- 2) **O espaço/edifício em apreço, por ser de nuclear importância para a reabilitação da zona histórica da Baixa da Cidade, será levado a discussão pública e por período tido por conveniente e razoável, no que concerne a:** -----

----- **a. Aproveitamento;** -----

----- **b. Formas de reabilitação;** -----

----- **c. Estratégia de desenvolvimento urbano, comercial, cultural ou outros.** -----

----- 3) - A compilação das sugestões para o projecto, decorrentes da discussão pública, conjuntamente com a contribuição prévia dos partidos e independentes com assento na Assembleia Municipal, permitirão elaborar um esboço de projecto final que deverá ser votado em sede de Assembleia Municipal e validado por uma maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos seus membros. -----

----- 4) – Após a aprovação caberá ao Executivo dar seguimento à elaboração do projecto final e sua execução”. -----

----- Volto a referir que o texto de abertura desta parte sintética utiliza o verbo “sugerir”. O Grupo Municipal do CDS-PP “sugere”. Chamo a atenção para este facto e podem continuar a discussão.” -----

----- Após efectuado o esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que conseguem entender coisas que eu tenha dito quando eu não disse nada e é capaz de ser muito difícil do zero conseguir-se deduzir alguma coisa, porque se eu quisesse dizer tinha aqui dito o que pensava naquele espaço mas não disse. Disse que temos é outras ideias de projectos sobre a utilização daquele espaço, outra forma de olhar aquele espaço. Eu também disse que paradoxalmente aquele espaço é nuclear, na perspectiva do CDS, para revitalizar a Baixa e, se calhar, aquele espaço é o eixo de revitalização da Baixa, precisamente por aquilo que já aqui foi dito. Aquele espaço nunca será por nós viabilizado na prerrogativa de abrir a Rua Luís de Camões ao trânsito; nós temos é que melhorar o espaço que lá está. -----

----- Senhor Presidente, a proposta que ali está não inviabiliza rigorosamente nada. Aquilo que o CDS diz é que autoriza e está de acordo com a compra do espaço; acha que é economicamente um bom negócio. Aquilo que eu disse é que aquilo que o Senhor Presidente escreve nos seus pressupostos nos parágrafos seis, sete e oito, está em desacordo com aquilo que nós pensamos, o que a proposta ao vir a esta Assembleia de novo, seja aprovada com os pressupostos que o

Senhor Presidente lá tem. Depende de quem vai votar, dependo dos pontos de vista, depende da discussão, depende das propostas e contra propostas que forem feitas e depende do consenso que for tirado da discussão. Quando eu digo discussão pública não estou a querer atrasar, estou a dar uma oportunidade aos outros de discutirem e de proporem também, como eu e o CDS vai gostar de propor e não precisamos de andar aqui meio ano à volta disto. O Senhor pode comprar desde que concorde que os pressupostos que o Senhor lá tem são retirados, ficamos no vazio, vamos fazer propostas e vamos tentar efectuar cálculos de custo. O Senhor provavelmente vai-nos ajudar; se quiser até para facilitar e agilizar o processo em sede de Assembleia Municipal poderá reunir-se uma equipa rapidamente, meramente para coligir e para evitar as percas de tempo e, se calhar, antes de férias se quiser começar com obras já começa se a gente o deixar e o projecto não for outro. -----

----- Portanto, não há intenção do CDS de atrasar rigorosamente nada, antes pelo contrário. Agora, aquilo que o Senhor tem nos pressupostos e que eu acredito que é aquilo que o Senhor pensa, em função também de outros dados que tem e que eu não tenho, colide com aquilo que nós pensamos para aquele espaço e que achamos que é muito mau se o Senhor avançar nessa perspectiva, a não ser que consiga provar e quantificando que tem razão naquilo que diz e que nós estamos errados.” -----

----- **Deputado Jorge da Silva Mendes – GM do PS:** -----

----- “Eu tenho um exemplo na Borralha que acabei de perder há pouco tempo uma micro agência bancária por não ter instalações para isso. Até o meu gabinete que era pequeno meti à disposição para tentar que o serviço ficasse lá, mas não consegui porque não tinha condições. ---

----- Eu só venho alertar esta Assembleia que, de facto, ao longo dos tempos Águeda tem perdido muitos serviços pelo facto de não ter instalações para o recolher. Eu sei que as Juntas de Freguesia vão sofrer com isso, porque indo o dinheiro para um lado não vai para outro, reconheço isso sem dúvida. Mas nós devemos pensar no bem estar geral das pessoas e como sabem, Águeda tem perdido muitos serviços ao longo dos tempos. Se a Câmara tiver oportunidade de comprar outros edifícios também deve comprar para ter à disposição instalações para conseguir segurar os serviços que lhe são oferecidos, porque quem perde é o Concelho, somos nós todos.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “Em relação a esta proposta a posição do PS é favorável, bem como a posição do PSD e do CDS, que também é favorável como aqui foi dito. Isto é, pela primeira vez hoje estamos todos de acordo. Todos nós achamos que é um bom negócio, todos nós achamos que é uma boa oportunidade de compra e deve ser adquirida. -----

----- Certamente que a proposta vai ter a aprovação desta Assembleia e foi para isso que ela cá veio. -----

----- Em relação aos considerandos há aqui umas visões ligeiramente diferentes e a sua utilização. O que se vê na proposta da Câmara são algumas hipóteses de utilização de que irão condicionar a recuperação do edifício logicamente e os investimentos que lá vão ser feitos, mas que ainda não pode neste momento ser focalizado. O que vem aqui é uma oportunidade de negócio, a criação de um espaço a reverter a favor da Câmara um edifício que tem as suas potencialidades. A sua forma de utilização vai depender também do mercado. Se de um momento para o outro no mercado aparecerem serviços que querem ali se instalarem e que precisam de determinado tipo de gabinetes, nós não vamos vender jardins a pessoas que querem gabinetes. -----

----- Tendo em atenção que a proposta é apoiada pela generalidade dos Grupos Parlamentares que aqui se debruçaram, eu acho que mal se possa, Senhor Presidente, deve pôr a mesma à votação. Quanto à proposta do CDS, que diz que é uma sugestão mas não deixa de ser uma proposta, aqui já é outra proposta, já tem a ver com alteração dos considerandos da primeira. A partir do momento que a primeira proposta está aprovada a segunda está inviabilizada, poderá ser é sempre no âmbito depois da aquisição ser proposta a sua discussão, porque esta proposta não estaria viabilizada se não obrigasse a retirar os considerandos da primeira. Portanto, a proposta do CDS obriga a retirar considerandos da primeira proposta e a partir daí neste momento não é possível. -----

----- Não estou contra a proposta do Professor António Martins, aliás conheço as ideias dele em relação a muitas das situações; não tem lógica a questão dos dois terços, mas tem lógica a questão do debate público que, infelizmente, ainda é muito pequeno na maior parte dos projectos que se passam no nosso Concelho. -----

----- O que eu peço é que a posição do PS seja favorável como a posição do PSD e do CDS também o será certamente. Em relação à proposta do Professor António Martins acho que não

pode ser votada nunca em alternativa, é uma situação que não tem nada a ver com a compra, tem a ver só com os considerandos da primeira proposta. “-----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, para esclarecer o que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O entendimento da Mesa da Assembleia não é esse. De acordo com o artigo vinte e dois do Regimento esta proposta foi aceite e tem que ser votada. Consequências da votação: Se for aprovada condiciona a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que vai ter o direito de a retirar e ficam as duas retiradas. É este o entendimento da Mesa na sequência lógica da questão.” -----

----- De imediato, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que completou o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Aquilo que se passa é que no essencial a proposta do executivo mantém-se, que é a aquisição. Eu acho que deve ser promovida a discussão pública daquele espaço mas ter a obrigatoriedade de dois terços para negociar, por exemplo, para um serviço público vir para aqui. Eu não gostaria de ter um esboço final para todo aquele prédio; eu acho que isto pode ser construído. Vamos receber contributos: O que é que as pessoas entendem que devia ser feito naquele prédio? Depois reunimos e chegamos à conclusão que as ideias fazem sentido. Eu não ponho problemas nenhuns que isso seja decidido pela Assembleia. Acho que temos que fazer as coisas o mais consensual possível.” -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, para solicitar esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu volto a referir o texto que tenho em mãos. Os considerandos são considerandos; o texto líquido usa o verbo “sugerir”. Eu pedia aos intervenientes que tentassem explicar, especialmente ao autor António Martins, sobre o que quer dizer este “sugerir” e que implicações tem o “sugerir”.”

----- O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “A sugestão implica que se a sugestão não for aceite, nós votaremos contra a proposta. Nós sugerimos porque acho que é uma ideia mais suave de motivar as pessoas a aceitar aquilo que é um raciocínio. Senhor Presidente, os dois terços não tem nada a ver com votações de quem vai ou deixa de ir, essa é uma má interpretação. -----

----- Os dois terços tem a ver com quê? Aquilo que nós propomos é a discussão sobre a utilização final ou a utilização nuclear objectiva do projecto e o projecto em si e é aí que nós temos que chegar a um consenso e quando decidirmos que é para aquilo que vamos, teremos que ter dois terços nesta Assembleia. O Senhor Presidente não tenha medo porque nesta Assembleia é tudo gente de bem. Da parte do CDS o Senhor sabe perfeitamente que quando os projectos são bons nós votamos a favor. Nem está em causa outra questão porque seríamos desonestos pessoal e politicamente, quando está em causa o bem de Águeda nós virmos votar contra uma proposta. E pelo que eu já vi, o PSD também me dá a entender que se o projecto for um bom projecto não vão votar contra, porque seria muito injusto para os simpatizantes do PSD saber que num bom projecto para Águeda eles tinham votado contra. -----

----- Portanto, há abertura, há frontalidade para discutir, mas esse projecto no que concerne aos pontos seis, sete e oito, que é onde o Senhor faz uma projecção daquilo que quer fazer, nós colidimos aí e como colidimos aí a proposta é votada, a proposta autoriza o Senhor Presidente a comprar, esses pontos são anulados e fica em aberto a discussão a curto e breve prazo de um projecto que tem que ser comum e por isso eu propôs uma Comissão, porque é muito mais fácil de as pessoas se entenderem e há aqui o exemplo claro da Comissão de Educação que viabilizou muito rapidamente o processo da Carta Educativa. Esse projecto virá aqui e esse é aprovado por dois terços e dois terços porquê? Porque é um compromisso colectivo desta Assembleia em função de um valor alto, em que todos se devem assumir e responsabilizar de que estão de acordo que a Câmara se endivide para construir um projecto que é do interesse e que é comum a toda a gente em termos de benefício. É só isso, não há aqui mais nada e penso que é esta boa vontade que o Senhor deve, neste momento, alavancar na Assembleia.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – GM do PS:** -----

----- “Eu conforme vou ouvindo as pessoas também mudo e mudei a minha opinião. Eu queria fazer uma pergunta que é a seguinte: Uma sugestão aceita-se ou não, não se vota ou vota-se uma sugestão? Eu vim aqui essencialmente por uma coisa, eu não sou contra o peonizar; eu sou contra é com aquilo que se fez em Águeda ao longo dos anos. O que eu disse relativamente à Rua Luís de Camões foi que enquanto não se pensar seriamente alargar a peonização daquela zona, enquadrando com este novo imóvel e com a revitalização do rio, se pensarmos em definir áreas de peonização para as pessoas andarem a pé aí estou de acordo. A Rua Luís de Camões

teve os resultados que teve, porque a falta de trânsito lá ajudou ao adormecimento da zona para não dizer para a morte lenta da zona. -----

----- Na minha opinião não se deve votar, porque uma proposta diz uma coisa ou diz outra; quanto à sugestão o Senhor Presidente da Câmara pode aceitar a sugestão ou não. Mas o Professor António Martins diz que se não aceitar a sua sugestão então vota contra. Se nem o Orçamento precisa de dois terços, porque é que esta história do edifício tem que ter dois terços? Para mim, a sugestão não se vota.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira - GM do PSD:** -----

----- “Eu penso que a questão da aquisição da Pensão Santos é uma questão de oportunidade. Foi um negócio que apareceu à Câmara e que a Câmara achou interessante e pretende adquirir pelas razões que foram aqui invocadas e eu não estou contra isso. -----

----- Agora, quero vos lembrar aqui determinadas coisas e que nós temos que fazer aqui um ponto de situação das coisas, que é o seguinte. Ao longo destes quatro anos também nos foi apresentado sempre um Plano em que havia obras nas Freguesias e essas obras não foram feitas, mas agora surge uma oportunidade de negócio e esse tem que se fazer. Eu espero que vocês compreendam o meu raciocínio. Este Executivo só olha mesmo para a Cidade de Águeda, as Freguesias não são importantes. O Senhor Presidente agora vai gastar quatrocentos e setenta mil euros, é aceitável comprar aquele imóvel por aquele valor, mas depois a seguir vai lá gastar, no mínimo, quinhentos mil euros. Ou seja, como o Engenheiro Hilário disse, vai representar parte do nosso Orçamento que ainda não foi apresentado. Eu sentia-me muito mais à vontade de saber o que vem no Orçamento para poder votar este assunto, porque sabia o que é que se ia fazer nas Freguesias. -----

----- Eu quero lembrar também outras situações que o Senhor Presidente trouxe aqui, não é só a aquisição do imóvel para a Cidade de Águeda. É, por exemplo, o melhoramento do jardim em frente ao Hospital e da Praça dos táxis, que são tudo valores elevados, o que vai fazer com que nestes quatro anos o investimento nas Freguesias seja quase nulo. Nós agora ao gastarmos os quatrocentos e setenta mil euros mais os quinhentos mil que vamos gastar em obras, vamos fazer com que, mais uma vez, seja adiado o investimento nas Freguesias. Eu andei quatro anos a dizer que não se fazia investimento nas Freguesias e vai continuar. -----

----- Não me custa nada votar a favor deste ponto. Esta obra não é para instalação do Centro de

Emprego? É uma das coisas que se anda a falar aqui em Águeda e é uma questão sobre a qual eu gostava de ser esclarecido. -----

----- É urgente o Senhor Presidente da Câmara pensar também nas Freguesias. Eu sou um defensor do investimento nas Freguesias; eu sei que é muito mais fácil investir em Águeda, ter mais imagem e depois trazer para cá os serviços, mas e como é que ficam as Freguesias? A Freguesia de Aguada de Cima fez um grande investimento de pessoal na Igreja Matriz, a Câmara investiu com a Junta na Casa Mortuária e temos aquele largo há quatro anos por arranjar, que é uma obra principal para Aguada de Cima, que já há dois anos que aparece no Plano e não é executada. -----

----- São estas coisas que eu quero aqui lembrar, porque quando é um assunto da Cidade, Centro de Águeda, nesse caso há que resolver logo de imediato e é esta a grande diferença. O Senhor Presidente tem que se lembrar mais das Freguesias, porque as pessoas das Freguesias também estão com a Câmara Municipal para que a Cidade de Águeda cresça e que traga para cá esses serviços todos. -----

----- É preciso dar um voto de confiança aos Presidentes de Junta e esse voto de confiança é agora no Plano. -----

----- Neste momento, eu tenho grande dificuldade em votar a favor ou contra a aquisição deste imóvel, pelas razões que invoco, porque o crescimento do Concelho não se faz só pela Cidade de Águeda, faz-se também pelas Freguesias. Irei votar em função da discussão que iremos ter dentro do nosso Grupo e não irei fugir do pensamento do mesmo. -----

----- Eu fui eleito e tenho o direito de vir aqui defender os meus princípios e os princípios são do desenvolvimento de todo o Concelho e não só da Cidade de Águeda.” -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que esclareceu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “É altura de dizer basta a este discurso miserabilista das Freguesias. O Parque Empresarial de Águeda onde é que está? Está na Freguesia de Águeda? A Escola da Freguesia de Aguada de Cima que se está a projectar, está na Freguesia de Águeda? A Escola de Macinhata, está na freguesia de Águeda? A Escola de Fermentelos, está na Freguesia de Águeda? A Escola de Barro, está na Freguesia de Águeda? Não venham aqui com discurso miserabilista das

Freguesias porque aquilo que nós temos são prioridades. Nós acabámos com os alcatroamentos selvagens; é verdade que estamos com as estradas esburacadas, mas o investimento que está previsto para ser feito em água e saneamento neste Concelho são de vinte e sete milhões de euros, que não entrar aqui no Orçamento da Câmara; que é para ser feito numa parte da Freguesia de Águeda mas, sobretudo, é para ser feito nas Freguesias; não é para Aguada de Cima porque não precisa. -----

----- Os Senhores podem votar a favor ou contra, eu tenho que trazer aquilo que eu entendo que é melhor para o Concelho e é uma visão de futuro e a visão de futuro faz-se partilhada, numas alturas com a Cidade, noutras alturas com as Freguesias. -----

----- No mandato anterior eu desafiei-vos a todos para trazerem aqui projectos e ideias para desenvolvimento das vossas Freguesias que fizessem cimentar a diferença, porque é pela diferença que nós vamos lá. Há coisas mínimas que temos que servir a todos, como água e saneamento. Quais são os projectos que vocês têm para as vossas Freguesias que passa além da água e do saneamento e que sejam fundamentais? Os percursos pedestres que levámos a algumas Freguesias é um factor de desenvolvimento ou não é? Não temos de criar respostas que outros não tenham? Ou estamos aqui todos amarrados e coitadinhos de nós temos que ir para as Freguesias. As Freguesias fazem parte de Águeda e há um momento em que é preciso apostar no longo prazo. Nunca houve um Parque Empresarial em Águeda e se eu tivesse que vir aqui primeiro pedir autorização para fazer aquilo que fiz não tinha passado, porque havia muitas nuances; não havia indústrias para lá pôr e então para que é que se ia fazer um Parque Empresarial? Como é que se estrutura um Concelho? Como é que se define uma linha de rumo? Onde é que estão as linhas para o Concelho de Águeda? Quem é que serve os investimentos que vão ser feitos na Pateira? São quatrocentos mil euros que a Câmara mete todos os anos no Polis para potenciar esses investimentos. Não venhamos cá com os investimentos na Cidade. Há investimentos na Cidade mas também vai haver muitos investimentos nas Freguesias. Aquilo com que vocês estão preocupados é com a quantidade de investimentos que estão previstos para serem feitos, na área das Escolas, que é uma proposta do Executivo e na área de saneamento, porque vai chegar a todo o Concelho porque tivemos coragem de ter uma estratégia que se faça em todo o lado, é uma solução global e trabalhamos para o concelho todo. -----

----- Eu tenho que gerir aquilo que tenho, estou perfeitamente à vontade, agora não me venham

é com a guerra das Freguesias.” -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira - GM do PSD**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, quem fez quatro alcatroamentos selvagens na Freguesia de Aguada de Cima, não foi o Senhor? Vá lá ver os alcatroamentos que o Senhor fez, porque já tem erva nos tapetes que executou; quatro alcatroamentos que já não são válidos e ainda foram feitos no mandato anterior. Esta é a resposta que tenho para lhe dar em relação ao investimento que o Senhor faz nas Freguesias.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – GM do PS:** -----

----- “Eu tenho aqui uma proposta muito curta para fazer, porque acho que estamos presos aqui por um detalhe e a proposta é a seguinte: -----

----- *“Tal como todos restantes projectos com impactos na estruturação do Concelho, tal como todos os investimentos relevantes da Câmara Municipal de Águeda, tal como todas as deliberações desta Assembleia Municipal, proponho que a finalidade genérica do imóvel da Pensão Santos seja submetido a discussão pública e votação final nesta Assembleia nos termos da lei do Regimento, ou seja, deliberando por maioria simples.”* -----

----- Julgo que a proposta terá tido todo o fundamento para ter sido feita pelo nosso colega e amigo António Martins. É uma proposta de alteração ou de revisão, seja do Regimento, seja da Lei cento e sessenta e nove, de noventa e nove, que na alínea b), ponto dois, do artigo cinquenta e três, diz que compete à Assembleia aprovar as Opções do Plano e as Propostas de Orçamento por maioria simples.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “Relativamente à proposta da Câmara Municipal toda a gente está a favor nesta Assembleia. Soubemos agora por um esclarecimento que se uma “sugestão” não for aceite pela Câmara que o CDS votará contra. Isso quer dizer que o CDS embora ache que é um bom negócio acha que não se deve fazer, porque não sabe o que vai ser construído no futuro e acha que defende um debate de ideias sem saber se há ou não, neste momento, qualquer interessado

na zona. Eu acho que o que se deve defender é que, no futuro, qualquer situação que seja lá realizada deve ser posta à consideração desta Assembleia ou a uma Comissão desta Assembleia. Agora, não podemos estar a condicionar um espaço tão grande que poderá ser para escritórios; ou poderá ser para jardins ou poderá ser para nada; nós não sabemos, nem sabemos como é que vamos lá fazer. -----

----- Prefere o CDS votar contra, em vez de actuar quando for altura disso, que é quando houver projectos ou quando houver propostas para aquela área. Ai está bem, nessa altura defenderemos o debate público; defenderemos as propostas para a sua realização. Agora, prefere não fazer o negócio e então escusamos de fazer debate público algum, porque não vai haver sequer sítio para construir ou o sítio para que esse debate se realize. Portanto, há aqui uma contradição insanável. -----

----- Em relação às Freguesias, vamos discutir no final do mês a questão das Freguesias. Oi com as mentalidades das Freguesias que se construíram as piscinas, os pavilhões, o centro de artes, a recuperação da Pateira. Durante os últimos mandatos construiu-se isso tudo porque foi a aposta nas Freguesias. Agora, chegou a altura de tentar apostar um bocadinho a obras reais nas apostas das Freguesias que são coisas necessárias mas que são coisas diminutas e que não têm o mesmo enquadramento destes Orçamentos. -----

----- Em relação à proposta eu solicito à Mesa da Assembleia que se proceda o mais rapidamente à sua votação.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “A minha primeira frase é em relação àquilo que ouvi inicialmente do Paulo Seara que era a favor da abertura da Rua Luís de Camões e hoje já entendo porque é que esteve lá durante uns dias uma placa a dizer “trânsito proibido além de dez minutos”, quer dizer que durante dez minutos podíamos circular naquela via; depois trocaram a placa; já percebi porque é que isso aconteceu, com certeza que foi uma sugestão do Senhor Presidente da Junta, porque esteve lá essa placa durante uns dias e que confundiu um bocado as pessoas. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, eu acho que já lhe dissemos isto várias vezes, eu acho que todos temos o direito de intervir neste sítio e não precisamos de “berrar”, de “levantar o dedo”, uns perante os outros, porque as opiniões são todas válidas. Nós estamos todos a discutir Águeda com o mesmo interesse. O Senhor Presidente faz vários desafios, eu também lhe faço

um desafio: Desde quando, diga-me um caso, em que esta Assembleia Municipal votou contra uma proposta estruturante da Câmara Municipal? Houve um caso, que foi a Carta educativa, que rapidamente fizemos uma Comissão e rectificámos, porque estava mal feita, como o próprio Senhor Presidente disse na altura. Foi o único caso em que a Assembleia votou contra uma proposta da Câmara Municipal. -----

----- Eu não sei qual é o receio que existe nos tais dois terços. O meu colega José oliveira já explicou o porquê dos dois terços, porque é muito simples, nós temos que fazer o equilíbrio do Concelho. Não há uma estratégia para as Freguesias e uma estratégia para a Cidade; há uma estratégia para o Concelho e os Presidentes das Juntas representam as suas populações, fazem parte da estratégia do Concelho, porque não utilizar os dois terços nua questão destas? Estamos a falar de um investimento que ainda não tem um fim destinado. Se tivesse um fim destinado tínhamos aqui um estudo de custo benefício e todos sabíamos o que é que estaríamos aqui a discutir. Falasse muita coisa por ai, mas que eu saiba, não tem um fim destinado e assim o Senhor Presidente o disse. -----

----- Como é um investimento que estamos a fazer neste momento, num momento de grande carência a nível nacional, num momento em que temos graves problemas ao nível do tecido social, num momento que precisamos de dinheiro para canalizar para outras áreas. Mas entendemos a validade do que o Senhor diz, como uma oportunidade de negócio para o Município, dizemos que estamos interessados ao nível do Município e todos a sacrificarmo-nos, desde que possamos discutir a utilização disto. -----

----- Senhor Presidente, entenda isto, o Município faz-se com o Senhor mas não só com o Senhor mas com todos nós, como o Senhor disse. -----

----- Eu continuo sem perceber qual é o problema dos dois terços e não tem nada a ver com o Regimento. Eu acho que a proposta é interessante; já foi rectificada a questão da “sugestão”. Senhor Presidente isto não é uma questão de medo é uma questão de sabermos discutir as questões. Eu continuo a considerar válida a proposta do CDS e obviamente que tomaremos uma decisão no final. Quero, no entanto, dizer o seguinte: Nós estamos a votar um ponto e sobre este ponto foi apresentada uma proposta, o que é que acontece? Esta proposta passe à frente do ponto; tem que ser primeira votada a proposta e depois o ponto. Não pode ser apresentada mais nenhuma proposta enquanto esta estiver a ser discutida e for votada; é o entendimento que eu

faço sobre o Regimento; porque senão estaríamos aqui constantemente a apresentar novas propostas; estou a referir-me à proposta do Engenheiro Farias, que não tem cabimento enquanto esta não for votada; a não ser que andemos aqui a fazer algumas jogadas.” -----

----- Decorridas as intervenções feitas pelos Senhores Deputados da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Eu só acho que é demais, nós temos de decidir este investimento numa Assembleia Municipal por dois terços. Nós decidimos aqui coisas de muito maior valor por decisão de maioria simples. Eu não tenho problemas, eu acho que traz empecilhos, mas ponham por unanimidade, eu concordo na mesma, eu acho que não funciona, acho que traz mais problema a nível de gestão futura, é só isso que se passa; é maioria. Agora, ponham por unanimidade, que por mim está bem.” -----

----- De imediato, foram suspensos os trabalhos por um período de cinco minutos, a pedido do Grupo Municipal do PSD para análise da proposta apresentada. -----

----- Retomados os trabalhos, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** usou da palavra para esclarecer o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “De acordo com o disposto no número dois, alínea i) do Regimento, a Mesa da Assembleia decide, por maioria, com dois votos a favor e um contra, o seguinte: A proposta da Câmara Municipal vai ser posta à votação e depois será também posta a votação a sugestão do Deputado António Martins, e sendo “sugestão” é a única maneira como pode entrar aqui; se for “propõe” vai contra o número seis do artigo cinquenta e três e portanto, não pode alterar a decisão da Câmara Municipal. -----

----- Esta é a decisão da Mesa da Assembleia Municipal.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como sabe esta proposta foi aceite pela Mesa e foi discutida; chegou o momento da sua votação. Temos aqui duas soluções, discordamos do entendimento da Mesa mas respeitamos o entendimento da Mesa. Ou o Presidente da Mesa chama os Líderes dos Grupos para ver se em conjunto conseguimos encontrar uma forma de sairmos disto ou pura e simplesmente o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, estando em desacordo com a posição da Mesa, vai abandonar esta Assembleia Municipal antes de

qualquer votação.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins - GM do CDS-PP:** -----

----- “Atendendo a que a Mesa aceitou e pelo aspecto, aceitou mal e não devia ter aceitado, nem bem nem mal, deveria saber aquilo que estava a fazer, mas também falhamos. É óbvio que se a Mesa tem o direito de corrigir, eu terei o direito de solicitar à Mesa que mantenha a minha proposta em primeiro lugar. Eu vou fazer a correcção da proposta e reapresento à Mesa da forma que eu entendo que está correcta e de acordo com o Regimento da Assembleia. Se assim não for, nós recusamo-nos a votar a proposta da Câmara Municipal. Eu vou substituir essa proposta por uma que se enquadre dentro do Regulamento da Assembleia e dentro da Lei para obviar a que tenhamos aqui situações de inculpabilidade e não dignas desta Assembleia.” -----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS:** -----

----- “Aquilo que está aqui em causa é muito simples, Professor António Martins, inicialmente quando a proposta do CDS foi apresentada, foi sob a epígrafe proposta mas, como aqui foi dito, era uma sugestão. Efectivamente e como já foi aqui referido, as sugestões podem ser apresentadas e podem ser aceites. Nesse sentido a proposta do CDS foi nesse momento aceite a sua alteração, em que rasurou o “sugere” e pôs “propõe”, foi feita posteriormente a isso, como sabe. Isto só para enquadrar a situação e isto que nós estamos a discutir aqui agora. -----

----- Nós estamos aqui a votar agora uma proposta do Executivo Camarário. Ora e a Mesa entendeu que assim é, esta Assembleia não pode alterar as deliberações do Executivo e acho que não é preciso ninguém até ser licenciado em direito para perceber que isso não faz sentido nenhum. Se temos aqui uma proposta do Executivo que não pode ser alterada, porque é que vamos estar a aceitar uma proposta, que afinal não é uma mera sugestão mas que depois de ter sido aceite se vem apresentar como uma proposta. Efectivamente, é só isso que aqui está em causa e não vamos agora estar aqui a dramatizar e causar um mau estar com uma coisa que é tão simples e que penso que qualquer pessoa consegue entender perfeitamente que não faz sentido um Assembleia Municipal, que é um órgão fiscalizador, não é um órgão deliberativo; isto não é a Assembleia da República e nós não podemos alterar as deliberações do Executivo, sob pena dos Senhores Vereadores que aqui estão, não estavam a fazer nada.” -----

----- **Deputado Manuel Antunes de Almeida – GM do PSD:** -----

----- “Com estas interpretações que se fizeram, tinham que rasgar já o Regimento, porque o

número dois, do artigo vinte e um, é completamente ilegal. Esta é a primeira questão. -----

----- O que a Lei diz não é isso que interpretaram. O que a Lei diz é que não se podem alterar naquilo que é fundamental e o que a Câmara propõe adquirir um edifício e as propostas que cá estão defendem aquisição do imóvel. A Câmara também não disse ai como é que vai pagar por mês. As condições de qualquer negócio são assim: por quanto é que se compra; quando é que se paga; quando é que se faz a escritura, que também não está definido pela Câmara; então estamos a votar no escuro. O que esta Assembleia está a propor é votar favoravelmente a proposta do Executivo Municipal da aquisição do imóvel Pensão Santos pelo preço que o Executivo trouxe a esta Assembleia e para efeitos de utilização futura daquele imóvel ter um esboço, que o que a proposta do Professor António Martins faz, do que é que se lá vai fazer e naturalmente que quando se adequa um espaço é para alguma coisa. Como a Câmara não disse, diz que é cedo e que ainda não sabe, eu aceito isso perfeitamente, que a Câmara relativamente à aquisição não tenha ainda com clareza determinado em que é que vai utilizar o edifício e as obras de remodelação que vão ser feitas. -----

----- Por isso, é que a proposta do Professor António Martins é correctíssima por isso é que a apoiamos, no sentido de haver uma sessão pública, haver uma votação para depois saber qual a utilização porque não sabemos e por conseguinte são perfeitamente votadas e não há aqui nenhuma alteração. A Lei proíbe de alterarmos uma proposta do Executivo, mas nós não estamos a alterá-la, estamos a propor-lhe condições, porque nós precisamos de saber para é que aquilo serve, porque se o Senhor Presidente não diz para o que aquilo serve, eu voto contra. Eu até ouvi um Deputado há pouco dizer que até pode ser para não fazer lá nada ou então um jardim. Então e vou comprar um edifício daqueles que vai de uma rua à outra, que é um edifício que tem possibilidades de recuperação e numa zona nobre da cidade para não fazer lá nada? É grave.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “Realmente havia um erro e os erros cometem-se para serem corrigidos. As propostas do Executivo não podem ser alteradas, são recusadas, podem levá-las a adquirir ou não sugestões e tornar a apresentá-las para serem aprovadas outra vez ou não. Acabámos de ver uma mudança no PSD, isto é, o PSD diz se não cometerem a legalidade nós afastamo-nos. Portanto, se vocês forem legais nós vamos embora, se cometerem uma ilegalidade nós votamos a ilegalidade. Ora,

isto não pode ser. O que disseram foi isto; não se pode alterar esta proposta; a proposta é analisada, discutida, votamos contra e ela volta ao Executivo e o Executivo faz o que quiser, acolhe as sugestões, altera e traz outra vez; votamos a favor, está aprovada e as sugestões serão levadas na mesma pelo Senhor Presidente para o futuro ou não. A Lei é clara nisto e é assim que tem que ser. O que o PSD disse foi que se não se cumprir e votar a proposta do Professor António Martins, que é ilegal, vão-se embora; isto é, se não se fizer uma ilegalidade eles vão embora; se formos legais eles vão-se embora também. Portanto, requeiro que se passe à votação de imediato.”-----

----- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, usou da palavra para prestar os esclarecimentos que se transcrevem na íntegra: -----

-----“Eu queria ainda voltar a referir que não há erro na interpretação da Mesa até à correcção do proposta do Senhor Deputado António Martins. Só a partir daí é que poderemos levantar a hipótese de erro da Mesa, que foi emendado imediatamente em tempo muito mais curto do que durante o tempo em discussão anterior em que discutimos em cima da palavra “sugere”, que é contemplado no número seis, do artigo cinquenta e três. -----

----- Para direito de resposta convido o Engenheiro Hilário Santos.” -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD**:, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, estamos aqui a brincar com as palavras. Foi apresentada uma proposta e foi discutida essa proposta neste sítio e no final há uma interpretação da Mesa que essa proposta pode carecer de alguma ilegalidade e o que eu disse aqui foi o seguinte: Reunimos os Líderes para tentar adequar esta proposta à Lei, porque estivemos a discuti-la até este momento. Retirar a proposta pura e simplesmente e deixar de a provar e votar só a proposta da Câmara é uma autêntica chapelada que damos aqui dentro, porque estivemos a discutir uma coisa sem nenhum assunto. Admito que as correcções possam ser feitas e é o que está aqui em causa. Por isso, proponho que nos sentássemos durante cinco minutos para adaptarmos a proposta do Professor António Martins à Lei, que é o que está em causa. Não faz sentido nenhum depois de estarmos todo este tempo a discutir e agora chegamos à conclusão de que tudo o que discutimos não tem o mínimo de fundamento. Isto é uma autêntica chapelada que nos querem

dar. Tenham paciência, digam que isto é da Lei ou fora da Lei.” -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, usou, de novo da palavra, para prestar os esclarecimentos que se transcrevem na íntegra: -----

----- “Senhor Deputado Hilário Santos, eu vou utilizar do direito de resposta, para voltar a referir que em quatro quintos da discussão estivemos dentro da Lei porque estava aqui escrita a palavra “sugere”e que ainda não tive oportunidade de dar seguimento ao seu pedido porque outras seus colegas pediram para intervir. Agora, que já não há mais inscrições, eu convido os Líderes dos Grupos Parlamentares e dos Independentes para conversarem durante cinco minutos, se quiserem e, depois a Mesa dará seguimento aos trabalhos.” -----

----- Retomados os trabalhos, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, usou da palavra, nos termos que se transcrevem na íntegra: -----

----- “Depois de análise da Legislação depois da reunião dos Líderes Parlamentares vamos continuar os trabalhos da seguinte maneira: De acordo com o texto do número seis, do artigo cinquenta e três, a Câmara Municipal deve acolher sugestões. Então, porque a Assembleia Municipal não pode alterar uma Proposta da Câmara Municipal pela Legislação – Decreto-Lei 169/99 – vamos pôr à votação a proposta da Câmara Municipal e depois do resultado da votação, entra a proposta de sugestões para a Câmara Municipal e assim fica plagiado a letra da Lei que eu referi. -----

----- Quero também informar a Assembleia que as sugestões não podem colidir com a provação da proposta da Câmara Municipal, têm que acrescentar, porque não se pode alterar a proposta da Câmara Municipal. Pode-se reprová-la ou aprová-la; mas não se pode alterar, porque a Câmara Municipal em reunião específica ou ordinária para o assunto pode fazer a alteração da proposta que trouxe aqui. -----

----- O texto que o Professor António Martins esteve aqui a fazer na Mesa connosco realmente tirou todas as questões que possam alterar a proposta da Câmara e portanto essa é a posição da Mesa que analisou o texto com o Professor António Martins e todas as questões que alterassem a proposta da Câmara Municipal foram retiradas, ficaram as sugestões para a Câmara Municipal.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder e prestar os devidos esclarecimentos, conforme

se transcreve na íntegra: -----

-----“Vamos de uma vez por todas dirigirmo-nos ao essencial e deixar o acessório. Para mim o essencial é uma boa aquisição para o Município comprar este imóvel; isto é o essencial. Agora, a forma como vamos gerir a sua utilização o Executivo Municipal está disposto a aceitar e a discutir com os Grupos Parlamentares, não faz sentido ser aqui, a forma como se vai gerir e utilizar aquele espaço, gerir, utilizar, alienar, todas as vertentes no mais vasto propósito. Ponto um: É negócio ou não é negócio? Se é, o Executivo está disponível para discutir com os Grupos Parlamentares a forma de utilização daquele espaço e encontrar as melhores soluções que sirvam para o Concelho, independentemente do texto que está ou de outras achegas que possam fazer e agora uma sugestão, os Grupos Parlamentares podem reunir-se, fazerem uma proposta e a Câmara aceita essa proposta.” -----

----- Não havendo lugar a mais qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa, colocou a proposta do Executivo à votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, por Unanimidade, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda para Aquisição de Edifício – Pensão Santos. -----

----- De seguida, usou da palavra o **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP**, para fazer a apresentação da nova proposta, nos termos que se transcrevem: -----

----- “Os primeiros quatro parágrafos da proposta não foram mexidos e a seguir ficará da seguinte forma: O Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia que delibere recomendar ao Executivo, em face da aprovação da aquisição do imóvel, que acate as seguintes sugestões: -

----- Um: O espaço edifício em apreço por ser de nuclear importância para reabilitação da Zona Histórica da Baixa da Cidade, será levado a discussão pública por período tipo por conveniente e razoável no que concerne a aproveitamento, formas de reabilitação, estratégia de desenvolvimento urbano, comercial, cultural ou outros. -----

----- Dois: A compilação das sugestões para o projecto decorrentes da sessão pública, conjuntamente com a contribuição prévia dos Partidos Independentes com assento na Assembleia Municipal, permitirão elaborar um esboço de utilização final do edifício que deverá ser votada em sede de Assembleia Municipal. -----

----- Três: Após a aprovação caberá ao Executivo dar seguimento à elaboração do projecto final

e à sua execução. -----

----- Toda a restante parte da proposta não foi alterada.” -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP de recomendação e sugestão ao Executivo da Câmara Municipal, em face da aprovação da aquisição do imóvel, que foi aprovada, por Maioria, com 25 votos a favor (4 PS; 14 PSD; 5 CDS; 2 Independentes); 7 abstenções (6 PS e 1 Independente) e 1 voto contra (PS). -----

----- De imediato, foi proferida **DECLARAÇÃO DE VOTO** pelo **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – GM do PS**, nos termos que se transcrevem na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, a minha declaração de voto vai no sentido de dizer o seguinte: Eu fiz uma pergunta que era: Será que uma sugestão deve ser votada? Eu acho que uma sugestão não é votada; uma sugestão é aceite ou não pelo Senhor Presidente da Câmara, conforme está na Lei. Estou contra ter sido votada uma sugestão e politicamente seria muito mais bem usada se entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia para entregar ao Senhor Presidente da Câmara, condicionaria muito mais o Presidente da Câmara e politicamente teria sido uma arma muito mais inteligente do que foi.” -----

----- Ponto 8 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração dos Investimentos previstos no Aditamento ao Contrato de Empréstimo contraído ao Banco B.P.I., no montante de 5.000.000,00€. -----

----- De imediato, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os devidos esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós temos de propor ao Tribunal de Contas a alteração da utilização do empréstimo. Portanto, é isso que iremos fazer, não como foi dito aqui, mas nós temos financiamento comunitário para o açude e como tal, deixa de ser necessária esta verba que estava prevista inicialmente para a construção do açude. Mas posso esclarecer que está a decorrer dentro dos custos previstos, pelo menos até ao momento.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Alberto Baptista Guerra GM do PS**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha intervenção prende-se apenas com uma dúvida que foi levantada anteriormente pelo Doutor Antunes de Almeida de como é que iria ser pago este investimento. Este

investimento é enquadrado naquele investimento que já está aprovado e que, suponho eu, dos cinco milhões já foram utilizados um milhão e o investimento dos quatrocentos e setenta mil contos são enquadrados exactamente nas utilizações, o que significa que nos primeiros três anos a partir da primeira utilização, a Câmara paga juros dos quatrocentos e setenta mil, a partir dos três anos tem mais trinta e quatro prestações de amortização e juros iguais. É exactamente como vai ser pago. Quero vos dizer também que, por acaso, li num Jornal de que eventualmente a Câmara iria suportar desse investimento cinco milhões, dois milhões quatrocentos mil contos de juro. É evidente que isto não corresponde exactamente à verdade, porque na altura que o empréstimo foi utilizado não sei qual era a taxa, mas foi-nos entregue no ano passado uma projecção e posso vos dizer que em relação à taxa que foi inicialmente estabelecida seria de três vírgula duzentos e oitenta e nove. Se fosse ontem, por exemplo, a taxa baixava para dois vírgula seiscentos e sete. Mas convém notar também que este empréstimo como é feio a vinte anos vai surgir, eventualmente, subidas de taxas; é o que se prevê.” -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação a Proposta, tendo verificado que a Assembleia deliberou aprovar, por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração dos Investimentos previstos no Aditamento ao Contrato de Empréstimo contraído ao Banco B.P.I., no montante de 5.000.000,00€. -----

----- Ponto 9 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração e Correção do Regulamento e Tabela de Taxas, no âmbito de operações Urbanísticas e Obras, no Espaço Público Municipal e respectiva Fundamentação Económico-Financeira; -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação a Proposta, tendo verificado que a Assembleia deliberou aprovar, por Maioria, com 2 abstenções (do Grupo Municipal do CDS-PP), a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para Alteração e Correção do Regulamento e Tabela de Taxas, no âmbito de operações Urbanísticas e Obras, no Espaço Público Municipal e respectiva Fundamentação Económico-Financeira. -----

----- Ponto 10 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para o Novo Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Águeda e respectiva Fundamentação Económico-Financeira. -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a Proposta, tendo verificado que a Assembleia deliberou aprovar, por Maioria, com 2 votos contra (CDS-PP e PSD) e uma abstenção (CDS), a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, para o Novo Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Águeda e respectiva Fundamentação Económico-Financeira. -----

----- De imediato, foi proferida **DECLARAÇÃO DE VOTO** pelo Deputado **António Manuel Fernandes Martins - GM do CDS-PP**, nos termos que se transcrevem na íntegra: -----

-----“Senhor Presidente, eu quero esclarecer que este voto contra neste último ponto na Ordem de Trabalhos é meramente tático, não tem nada contra a aprovação do Regulamento, só que relativamente ao penúltimo ponto que o meu voto foi a abstenção e neste último ponto em que votei contra, foi para fazer declaração de voto, porque eu não li esta matéria porque não tive tempo de ler e eu não voto em coisas que desconheço; acho que seria de alguma irresponsabilidade política fazê-lo. Portanto, Senhores Deputados, o sentido de voto que eu tive aqui é meramente que por ignorância não voto a favor.” -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, foi aprovada, por Unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, deu, de imediato por encerrada a Primeira Sessão Ordinária da assembleia Municipal, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: